



POÇOS DE CALDAS

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.532.971/0001-94

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A **Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE" ou "Companhia")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2016.

1) A COMPANHIA

A PCTE é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de dezembro de 2006 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1512, Centro, Rio de Janeiro. Possui duas filiais, localizadas em Araporã no Estado de Minas Gerais e em Rosana no Estado de São Paulo.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km: 308

Tensão em kV: 500/440

Subestações: 1

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 39.356.550 para o período de julho de 2016 a junho de 2017 e de R\$36.000.843, para o período julho de 2015 a junho de 2016.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2016 e 2015 são:

| | 2016 | 2015 |
|--|-------------|--------------|
| • Liquidez geral | 1,63 | 1,37 |
| • Liquidez corrente | 0,88 | 1,75 |
| • Relação patrimônio líquido/ativo | 38,79% | 27,10% |
| • Relação passivo não circulante/ativo | 45,52% | 65,19% |
| • Rentabilidade do patrimônio líquido | 28,51% | (82,77)% |
| • Relação lucro operacional/patrimônio líquido | 6,75% | 15,35% |
| Ativos totais - R\$ | 362.957.971 | 371.331.752 |
| Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício - R\$ | 40.141.347 | (83.304.384) |

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as

regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

| | Nota | 2016 | 2015 | | Nota | 2016 | 2015 |
|-----------------------------------|------|--------------------|--------------------|---|------|--------------------|--------------------|
| Ativo | | | | Passivo | | | |
| Ativo circulante | | | | Passivo circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 10.917.157 | 4.453.394 | Fornecedores - terceiros | | 172.745 | 517.905 |
| Concessionárias e permissionárias | 6 | 4.566.941 | 4.500.314 | Fornecedores - partes relacionadas | 21 | 10.865 | 10.586 |
| Estoques | | 891.133 | 3.903.540 | Empréstimos - partes relacionadas | 9 | 31.329.317 | 25.100.021 |
| Adiantamento a fornecedores | | 404.629 | 218.256 | Impostos e contribuições sociais | 13 | 22.760.254 | 639.047 |
| Impostos a recuperar | 7 | 3.828.967 | 4.953.239 | Taxas regulamentares | 10 | 1.627.456 | 1.426.884 |
| Ativo financeiro amortizável | 8 | 29.142.767 | 31.694.764 | Outros passivos circulantes | | 1.033.010 | 899.517 |
| Outros ativos circulantes | | 359.564 | 230.507 | | | 56.933.647 | 28.593.960 |
| | | 50.111.158 | 49.954.014 | Passivo não circulante | | | |
| Ativo não circulante | | | | Empréstimos - partes relacionadas | 9 | 158.059.857 | 214.256.410 |
| Ativo financeiro amortizável | 8 | 311.697.028 | 314.293.486 | Outras provisões - compensação ambiental | | 2.278.100 | 2.006.053 |
| Outros ativos não circulantes | | 247.204 | 108.589 | Provisão contingências | 11 | 68.054 | 68.054 |
| Imobilizado | | 849.369 | 907.939 | Impostos diferidos | 12 | 626.933 | 22.320.433 |
| Intangível | | 53.212 | 6.067.724 | Outros passivos não circulantes | | 4.201.306 | 3.438.115 |
| | | 312.846.813 | 321.377.738 | | | 165.234.250 | 242.089.065 |
| | | | | Patrimônio líquido | | | |
| | | | | Capital social | 14 | 208.350.900 | 208.350.900 |
| | | | | Prejuízo acumulado | | (67.560.826) | (107.702.173) |
| | | | | | | 140.790.074 | 100.648.727 |
| Total do ativo | | 362.957.971 | 371.331.752 | Total do passivo e do patrimônio líquido | | 362.957.971 | 371.331.752 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

| | Nota | 2016 | 2015 |
|--|------|-------------------|---------------------|
| Receita operacional líquida | 15 | 30.320.233 | 33.742.139 |
| Custo da operação | 16 | (16.381.691) | (13.121.270) |
| Lucro bruto | | 13.938.542 | 20.620.869 |
| Despesas gerais e administrativas | 17 | (4.333.085) | (5.047.549) |
| Outras despesas operacionais líquidas | | (103.522) | (74.072) |
| Lucro antes do resultado financeiro | | 9.501.935 | 15.499.248 |
| Resultado financeiro | 18 | 32.872.873 | (88.306.809) |
| Receita financeira | | 74.977.157 | 29.774.286 |
| Despesa financeira | | (42.104.284) | (118.081.095) |
| Resultado antes dos impostos sobre o lucro | | 42.374.808 | (72.807.561) |
| Imposto de renda e contribuição social | 20 | (2.233.461) | (10.496.823) |
| Lucro líquido/(prejuízo) do exercício | | 40.141.347 | (83.304.384) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

| | 2016 | 2015 |
|--|-------------------|---------------------|
| Lucro líquido/(prejuízo) do exercício | 40.141.347 | (83.304.384) |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Total de resultados abrangentes | 40.141.347 | (83.304.384) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



POÇOS DE CALDAS

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.532.971/0001-94



continuação

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

| | Capital social | Prejuízo Acumulado | Total |
|---------------------------------|----------------|--------------------|--------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | 208.350.900 | (24.397.789) | 183.953.111 |
| Prejuízo do exercício | — | (83.304.384) | (83.304.384) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 208.350.900 | (107.702.173) | 100.648.727 |
| Lucro líquido do exercício | — | 40.141.347 | 40.141.347 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 208.350.900 | (67.560.826) | 140.790.074 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

| | 2016 | 2015 |
|--|---------------------|---------------------|
| Atividades operacionais: | | |
| Prejuízo antes dos impostos | 42.374.808 | (72.807.561) |
| Ajustes | | |
| Juros e variações monetárias dos empréstimos | (31.448.040) | 89.204.215 |
| Depreciação e amortização | 127.365 | 4.837 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | — | (415.553) |
| Provisão para contingências | — | (343.239) |
| Provisão para compensação ambiental | 272.048 | 235.263 |
| Outras Provisões | 802.188 | — |
| Outros - Baixa de intangível | 6.000.000 | — |
| (Aumento) redução nos ativos | | |
| Concessionárias e permissionárias | (66.627) | (20.621) |
| Contas a receber | (8.668) | — |
| Ativo financeiro amortizável | 5.148.455 | (802.394) |
| Estoques | 3.012.407 | (910.450) |
| Impostos a recuperar | 1.124.272 | 1.506.595 |
| Adiantamentos a fornecedores | (186.373) | 37.446 |
| Outros ativos | (510.064) | 236.761 |
| Aumento (redução) nos passivos | | |
| Fornecedores | (344.881) | (543.231) |
| Tributos e contribuições sociais | (1.531.548) | 974.122 |
| Impostos pagos | (274.206) | (894.141) |
| Juros pagos | (7.818.078) | (7.658.857) |
| Taxas regulamentares | 200.572 | 532.253 |
| Outros passivos | 94.497 | 522.798 |
| Fluxo de caixa gerado pelas nas atividades operacionais | 16.968.127 | 8.858.243 |
| Aquisição de imobilizado e intangível | (54.282) | — |
| Baixa de imobilizado e intangível | — | 6.101.811 |
| Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento | (54.282) | 6.101.811 |
| Empréstimos pagos | (10.450.082) | (22.388.022) |
| Fluxo de caixa aplicado pelas nas atividades de financiamento | (10.450.082) | (22.388.022) |
| Varição do saldo de caixa e equivalentes de caixa | 6.463.763 | (7.427.968) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 4.453.394 | 11.881.362 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 10.917.157 | 4.453.394 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. (“PCTE” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de dezembro de 2006 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1512, Centro, Rio de Janeiro. Possui duas filiais, localizadas em Araporã no Estado de Minas Gerais e em Rosana no Estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia tem por objeto a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1. Da concessão:** A Cobra Instalaciones y Servicios S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 005/2006, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote B. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 3 de abril de 2007 foi publicado no Diário Oficial de 4 de abril de 2007. No dia 20 de abril de 2007, a Companhia assinou com a União, através da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 002/2007-ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em: (i) Instalações de transmissão em 500/440 KV, composta pela linha transmissão 500 KV com origem na Subestação Jaguará e término na Subestação Estreito, ambas no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 53 km; pela linha transmissão 500 KV com origem na Subestação Estreito e término na Subestação Ribeirão Preto, ambas no Estado de São Paulo, com circuito simples e com extensão aproximada de 118 km; e pela linha transmissão 500 KV com origem na Subestação Ribeirão Preto com autotransformadores com transformação 500/440 KV, no Estado de São Paulo e término na Subestação Poços de Caldas, no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 137 km. (ii) Entradas de linhas 500 KV na Subestação Jaguará, 500 KV na Subestação Estreito pela interligação de barras, 500 KV na Subestação Ribeirão Preto por reatores de barra, autotransformadores com transformação 500/440 KV e interligação de barra e 500 KV na Subestação Poços de Caldas e respectivas instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **1.2. Receita anual permitida (RAP):** A RAP foi determinada em aproximadamente R\$23.430.000 (valor histórico) e será corrigida anualmente pelo IPCA e válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a RAP será reduzida a 50% do seu valor original. Em 23 de junho de 2015, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.918/2015, estabeleceu a RAP em R\$36.000.843 para o período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016. Em 23 de junho de 2016, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.098/2016 estabeleceu a RAP em R\$ 39.356.550 para o período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017. A receita faturada dos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Durante o exercício de 2016, a Companhia alterou a classificação do valor referente a imposto de renda incidente sobre aplicação financeira. Até 2015, esse valor estava registrado como Despesa administrativa, no grupo de Tributos. Em 2016, esses valores passaram a ser classificados como resultado financeiro. O montante reclassificado foi de R\$ 47.754. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 10 de março de 2017. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4. Ativo financeiro amortizável:** De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo. Os ativos financeiros amortizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção. Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto. **3.5. Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo

imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8. Impostos: Impostos sobre serviços prestados:** As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** Em 2015 a tributação do imposto de renda e contribuição social foi feita tendo como base o lucro real. A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Em 2016 o regime de tributação do imposto de renda e contribuição social foi alterado para o lucro presumido da receita. O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$ 60.000 no trimestre. A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.9. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

3.11. Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.12. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13. Receita operacional:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. **Receita de operação e manutenção:** A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão. **Receita de construção:** A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo imobilizado em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver. **Remuneração dos ativos financeiros:** Corresponde à remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP. **3.14. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **Ativos financeiros não derivativos:** Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias e ativo financeiro amortizável. O saldo de caixa e equivalentes de caixa e concessionárias e permissionárias são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. O saldo de ativo financeiro amortizável é classificado como ativos financeiros a valor justo por meio de resultado. Esses instrumentos financeiros ativos são mensurados pelo valor justo e após reconhecimento inicial são mensurados pelo valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Passivos financeiros não derivativos:** Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores - partes relacionadas e terceiros e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de empréstimos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado. **Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros:** Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os

fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repassar”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **Ativos e passivos financeiros derivativos:** A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis. **3.15. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4. NOVOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS E INTERPRETAÇÕES

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu determinadas normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Sociedade. Enquanto aguarda a aprovação destas normas internacionais pelo CPC, a Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos, caso haja, em suas demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | 2016 | 2015 |
|------------------------|-------------------|------------------|
| Bancos | 3.045.815 | 339.547 |
| Aplicações financeiras | 7.871.342 | 4.113.847 |
| | 10.917.157 | 4.453.394 |

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

| | 2016 | 2015 |
|-----------------------------|------------------|------------------|
| A vencer | 3.754.997 | 3.929.601 |
| Vencidas até 30 dias | 12.715 | 11.991 |
| Vencidas até 60 dias | 8.569 | 15.981 |
| Vencidas até 90 dias | 12.925 | 28.641 |
| Vencidas há mais de 90 dias | 829.652 | 566.017 |
| | 4.618.858 | 4.552.231 |
| (-) PCLD | (51.917) | (51.917) |
| | 4.566.941 | 4.500.314 |

Em função do giro de contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas cima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

| | 2016 | 2015 |
|-------------------------|-----------------|-----------------|
| Saldo em 1º de janeiro | (51.917) | (467.470) |
| Reversão | — | 415.553 |
| Complemento de provisão | — | — |
| Saldo em 31 de dezembro | (51.917) | (51.917) |

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

| | 2016 | 2015 |
|--------|------------------|------------------|
| IR | 2.551.665 | 3.396.414 |
| CSLL | 1.316.777 | 1.543.554 |
| PIS | 2.420 | 2.653 |
| COFINS | 8.877 | 8.769 |
| Outros | (50.772) | 1.849 |
| | 3.828.967 | 4.953.239 |

8. ATIVO FINANCEIRO AMORTIZÁVEL

| | 2016 | 2015 |
|----------------|--------------------|--------------------|
| Circulante | 29.142.767 | 31.694.764 |
| Não circulante | 311.697.028 | 314.293.486 |
| | 340.839.795 | 348.988.250 |

Conforme contrato de concessão da Companhia (conforme notas explicativas 1.1 e 1.2) a Companhia reconheceu um recebível de concessão de serviço conforme o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente. A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o ativo financeiro reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, e é apurado comparando o retorno esperado com o valor do investimento. As concessões das linhas de transmissão de energia da Companhia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e das demais Instalações de transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão.

9. EMPRÉSTIMOS

a) Total da dívida

| Descrição | Venci-mento | Garan-tidor | Encar-gos | 2016 | 2015 |
|----------------------------|-------------|-------------|---------------|-------------------------|--------------------|
| State Grid International | | | Libor + 2,85% | | |
| Development Limited (SGID) | 12/2013 | 09/2025 | N/A | a.a | |
| | | | | 189.389.174 | 239.356.431 |
| | | | | 189.389.174 | 239.356.431 |
| | | | | 31.329.317 | 25.100.021 |
| | | | | 158.059.857 | 214.256.410 |
| | | | | (ii) 189.389.174 | 239.356.431 |

A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia. Em 20 de dezembro de 2013 e 20 de junho de 2014 a SGID, como garantidora, liquidou, em nome da Companhia, as parcelas referentes ao principal e juros do empréstimo junto ao China Development Bank (“CDB”) no montante de USD 8.519.965,46, correspondente a R\$ 19.574.369,21. Neste mesmo montante foi contratado, junto a SGID, um novo empréstimo a custo de *Libor* + 0,65% a.a. e vencimento em 20 de dezembro de 2014 com pagamentos do principal e juros nesta data. Em 17 de



POÇOS DE CALDAS

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.532.971/0001-94



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

novembro de 2014, devido a liquidação total do saldo devedor junto ao CDB pela SGID, foi contratado um novo empréstimo ao custo de *Libor* + 2,85% a.a. e no mesmo montante de USD 70.800.011,09, correspondente a R\$ 184.257.028,87, com pagamentos de principal e juros em 23 parcelas semestrais iniciando-se em 20 de dezembro 2014 e com vencimento final em 04/09/2025. No ano de 2016 devido ao baixo caixa, a empresa optou por não pagar o valor do principal que venceu em junho. O valor foi renegociado para pagamento em junho de 2017. Na ocasião foi pago apenas os juros devidos. Em dezembro a empresa pagou o principal e juros conforme estipulado no contrato. Neste empréstimo não há cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros, e nem ativos dados em garantia. b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros):

| | Amortização |
|-------------|--------------------|
| 2018 | 20.766.988 |
| 2019 | 20.766.988 |
| 2020 | 20.766.988 |
| 2021 - 2025 | 95.758.893 |
| | 158.059.857 |

10. TAXAS REGULAMENTARES

| | 2016 | 2015 |
|--|------------------|------------------|
| Reserva global de reversão (RGR) (i) | 65.899 | 98.007 |
| Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii) | 301.282 | 298.578 |
| Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (iii) | 1.260.275 | 1.030.299 |
| | 1.627.456 | 1.426.884 |

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nº 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da Aneel nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantém a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória. Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela Aneel. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço. (ii) TFSEE: Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 27 de julho de 2016, através do Despacho 2.012 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas as competências de julho de 2016 a junho de 2017. (iii) P&D: Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

11. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

| | 2016 | 2015 |
|-------------|---------------|---------------|
| Trabalhista | 68.054 | 68.054 |
| | 68.054 | 68.054 |

Contingências possíveis (não provisionadas): Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

| | 2016 | 2015 |
|-------------|------------------|----------------|
| Trabalhista | 8.000 | - |
| Fiscal | 982.709 | 912.554 |
| Cível | 902.137 | 20.251 |
| | 1.892.846 | 932.805 |

12. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

| | 2016 | 2015 |
|---------------------------------|----------------|-------------------|
| Impostos diferidos passivos (i) | 626.933 | 22.320.433 |
| | 626.933 | 22.320.433 |

(i) Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

13. IMPOSTOS A PAGAR

| | 2016 | 2015 |
|--------|-------------------|----------------|
| IRPJ | 16.288.007 | - |
| CSLL | 6.004.705 | (1.035) |
| PIS | 17.744 | 49.558 |
| COFINS | 81.894 | 229.955 |
| Outros | 367.904 | 360.569 |
| | 22.760.254 | 641.117 |

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$208.350.900 dividido em 208.350.900 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

| | 2016 e 2015 |
|------------------------------------|-------------|
| SGBH | 99,99% |
| International Grid Holding Limited | 0,01% |
| | 100% |

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações. c) Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Entretanto, o ato societário datado de 21 de outubro de 2016 alterou esse percentual para 1%, com vigência já para o exercício de 2016.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

| | 2016 | 2015 |
|----------------------------------|--------------------|--------------------|
| Receita operacional bruta | 33.181.151 | 38.995.788 |
| Receita de operação e manutenção | 12.826.188 | 12.777.119 |
| Redução dos ativos financeiros | 20.354.963 | 26.218.669 |
| Deduções da receita operacional | (2.860.918) | (5.253.649) |
| PIS | (249.143) | (630.191) |
| COFINS | (1.149.888) | (2.902.698) |
| RGR | (958.240) | (1.306.602) |
| P&D | (354.687) | (332.207) |
| TFSEE | (148.960) | (81.951) |
| | 30.320.233 | 33.742.139 |

16. CUSTO DA OPERAÇÃO

| | 2016 | 2015 |
|--------------------------------|---------------------|---------------------|
| Pessoal | (4.745.387) | (4.654.657) |
| Material | (1.256.655) | (659.122) |
| Serviços de terceiros | (824.133) | (802.504) |
| Arrendamentos e aluguéis | (144.378) | (19.252) |
| Seguros | (106.037) | (96.522) |
| Tributos | (4.231) | (5.908) |
| Custo de operação e manutenção | (7.888.588) | (5.391.700) |
| Comunicação e telecomunicação | (454.688) | (506.328) |
| Outros | (957.594) | (985.277) |
| | (16.381.691) | (13.121.270) |

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

| | 2016 | 2015 |
|-----------------------------|--------------------|--------------------|
| Pessoal | (3.116.439) | (3.141.074) |
| Material | (11.617) | (40.263) |
| Serviços de terceiros | (420.170) | (587.401) |
| Arrendamentos e aluguéis | (64.368) | (89.395) |
| Provisão | (420.229) | (120.878) |
| (-) Recuperação de despesas | - | 722.080 |
| Tributos (i) | (19.438) | (1.774.396) |
| Depreciação e amortização | (15.491) | (5.485) |
| Outras | (265.333) | (10.737) |
| | (4.333.085) | (5.047.549) |

(i) A Administração da Companhia aprovou a baixa de R\$1.656.204 no exercício de 2015 referente a PIS/COFINS, visto que não havia previsão de utilização dos créditos apresentados.

18. RESULTADO FINANCEIRO

| | 2016 | 2015 |
|---|---------------------|----------------------|
| Receita financeira | 74.977.157 | 29.774.286 |
| Receitas de aplicações financeiras | 1.550.501 | 1.796.000 |
| Variações cambiais ativas | 72.898.581 | 27.941.970 |
| Outras receitas financeiras | 528.075 | 36.316 |
| Despesa financeira | (42.104.284) | (118.081.095) |
| Variações cambiais passivas | (33.170.145) | (109.964.890) |
| Juros sobre empréstimos - partes relacionadas | (8.029.339) | (7.181.300) |
| Outras despesas financeiras | (904.800) | (934.905) |
| | 32.872.873 | (88.306.809) |

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. Em 2015 e 2014, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

19.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

| | Ativos mensurados pelo valor justo | Nota | 2016 | 2015 |
|-------------------------------|------------------------------------|-------------|-------------|------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 10.917.157 | 4.453.394 | |
| Ativo financeiro amortizável | 8 | 340.839.795 | 345.988.250 | |

Ativos mensurados pelo custo amortizado

| | | |
|---|---------|-------------|
| Adiantamentos a fornecedores | 404.629 | 218.256 |
| Concessionárias e permissionárias | 6 | 4.566.941 |
| Passivos mensurados pelo custo amortizado | | |
| Empréstimos - partes relacionadas | 9 | 189.389.174 |
| Fornecedores - terceiros | | 172.745 |
| Fornecedores - partes relacionadas | 20 | 10.865 |

19.2. Gestão de risco: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. a) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. b) Riscos cambiais: Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais fica consolidado no Grupo. Análise de

sensibilidade de variações na moeda estrangeira: A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2016. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

| | 31/12/2016 | -5% | 5% |
|-------------|-------------|-------------|-----------|
| Empréstimos | 189.389.174 | (8.453.758) | 8.876.445 |

c) Risco de crédito: O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esse risco, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. d) Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

20. CONCILIAÇÃO DA ALÍQUOTA EFETIVA DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR E CS)

| | 2016 (Lucro Presumido) |
|------------------------------|------------------------|
| Receita de Operações | 38.329.606 |
| Adoção Inicial - Lei: 12.973 | 59.444.514 |
| Receita bruta | 97.774.121 |
| Base de cálculo (8%) | 7.821.930 |
| Outras receitas | 2.087.244 |
| Base de cálculo | 9.909.174 |
| IR devido | (2.399.114) |
| (+) IR diferido | 905.867 |
| Total de IRPJ | (1.493.247) |

| | 2016 |
|------------------------------|--------------------|
| Receita de Operações | 38.329.606 |
| Adoção Inicial - Lei: 12.973 | 59.444.514 |
| Receita bruta | 97.774.121 |
| Base de cálculo (12%) | 11.732.894 |
| Outras receitas | 2.087.245 |
| Base de cálculo | 13.820.139 |
| CS devido | (1.229.382) |
| (+) CS diferido | 489.168 |
| Total de CSLL | (740.214) |
| | (2.233.461) |

| | 2015 (Lucro Real) |
|---|---------------------|
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | (72.807.561) |
| Alíquota nominal | 24.754.571 |
| Adições e exclusões não dedutíveis | (818.989) |
| Varição Cambial | (23.396.157) |
| Juros indedutíveis | (1.910.729) |
| Outros | (9.125.519) |
| Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva | (10.496.823) |

21. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

21.1. Passivo

| | 2016 | 2015 |
|---|-------------|-------------|
| Fornecedores (i) | 10.865 | 10.586 |
| Empréstimos com a SGID (nota explicativa 9) | 189.389.174 | 239.356.431 |

21.2. Resultado

| | 2016 | 2015 |
|---|-----------|-----------|
| Despesa de aluguel (i) | 64.368 | 58.395 |
| Despesa de juros com empréstimos com a SGID (nota explicativa 9) | 8.029.339 | 7.181.300 |
| (i) O saldo de despesa de aluguel e fornecedores referem-se a despesas de aluguel junto à SGBH. | | |

22. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

| Ativo | Tipo de cobertura | 2016 | 2015 |
|------------------------|-------------------|--------------------|--------------------|
| Responsabilidade civil | Risco civil | 372.631 | 265.842 |
| Seguro patrimonial | Risco operacional | 148.310.000 | 148.310.000 |
| Veículos | Carros | 63.436 | 66.036 |
| | | 148.746.067 | 148.641.878 |

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad - Diretor Presidente

Jorge Raul Bauer - Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa - Contadora - CRC RJ-103573/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações

financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como

obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles